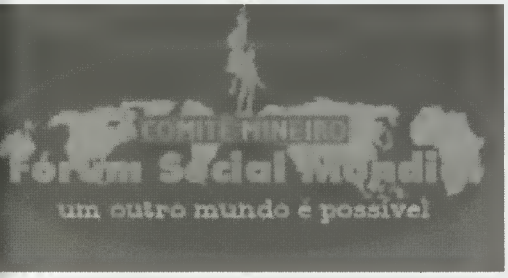
www.apubh.org.br

Informativo APUBH

.:: Nº 5 - SETEMBRO DE 2002 ::.

2° FÓRUM MINAS POR UM OUTRO MUNDO
"UMA OUTRA AMÉRICA É POSSÍVEL - COM SOBERANIA E INTEGRAÇÃO".



As entidades de Minas Gerais que integram o Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, realizaram nos dias 21, 22 e 23 de agosto, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, seminário sobre a ALCA. O objetivo central do evento foi a preparação do plebiscito possibilitando maior esclarecimento à população sobre o tema. O plebiscito é um momento do processo, outras ações virão.

O Seminário contou com um grande número de participantes e com a presença de debatedores de renome nacional.

O MUNDO ÁRABE EM DEBATE

Com o objetivo de fomentar discussões sobre o assunto, contando com reflexões de representantes da Comunidade Árabe no Brasil, o DCE, a APUBH e o SIND-IFES realizaram no dia 21 de agosto um seminário intitulado "O Mundo Árabe em Debate".





PLEBISCITO SOBRE A ALCA

No período de 1 a 7 de setembro, foi realizado, em todo o país, o plebiscito sobre a participação do Brasil na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Na UFMG, as entidades representativas da comunidade universitária promoveram o plebiscito com urnas nas unidades e na Praça de Serviços.

Os resultados do Plebiscito foram entregues aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como à embaixada dos Estados Unidos, durante Ato Público no dia 17 de setembro, em Brasília.

ENCONTRO COM CANDIDATOS AO GOVERNO DE MINAS GERAIS

A SBPC, a APUBH, o DCE e a CAC-UFMG promoveram no dia 28 de agosto, na praça de serviços da UFMG, encontro com os candidatos ao governo de Minas.

Somente a professora Margarida Vieira, candidata pelo PSB, compareceu. Os outros candidatos enviaram representantes, uma vez que tiveram compromissos de urgência em Brasília.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA DÍVIDA

Com a participação de mais de 300 pessoas, foi realizado, no dia 30 de agosto, o Seminário Internacional "Dívida: Uma Ameaça à Soberania."

O seminário contou com a participação de representantes da UFMG, APUBH, ATTAL, UNAFISCO, UNB, PACS, Argentina, Equador e Peru.

CARTA DO CONED

No dia 28 de agosto, foi lançada, no Congresso Nacional, a "Carta do 4º CONED" (Congresso Nacional de Educação).

Este documento foi aprovado na plenária final do evento realizada, em São Paulo, no mês de abril de 2002.



75 ANOS DA UFMG

No dia 5 de setembro, ocorreu no auditório da Reitoria, a abertura das comemorações dos 75 anos da UFMG. Várias atividades serão realizadas até dezembro. A APUBH está participando da programação comemorativa.

PERDA DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIVERSIDADE

Com a criação da Procuradoria-Geral Federal, pela Lei n° 10.480 de 2 de julho de 2002, as IFES perderão a mobilidade na sua representação judicial e na advocacia consultiva no âmbito das instituições. Os órgãos jurídicos, hoje integrantes da estrutura organizacional das IFES, passaram para o âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o que significa dizer que os dirigentes das instituições não mais terão comando sobre o órgão jurídico. Com a instalação da Procuradoria-Geral Federal, serão criadas Procuradorias nas capitais dos Estados para atender a todas as Autarquias e Fundações com sede nessas localidades. No interior, poderão ser instaladas procuradorias seccionais para atender às autarquias e fundações ali sediadas.

A assessoria jurídica hoje exercida em nível de consultoria pelos órgãos jurídicos será prestada pela Procuradoria-Geral Federal, sem nenhuma interação com as IFES.

É mais um golpe na autonomia da Universidade.

AUDIÊNCIA COM A REITORA

A Reitora da UFMG, professora Ana Lúcia Gazola, convocou a Diretoria da APUBH para informar que o Tribunal de Contas da União está questionando o pagamento dos docentes e funcionários da Universidade, determinando a redução de salários no que diz respeito à horas extras, aposentadorias proporcionais, etc. A diretoria da APUBH está acompanhando atentamente e informará aos seus associados os desdobramentos da reunião.

SEMINÁRIO NA FAFICH

O Departamento de Ciência Política da FAFICH/UFMG promoveu, nos dias 26, 27 e 28 de agosto, o Seminário: "Poder Legislativo e Democracia". A APUBH esteve presente aos debates e publica a Segunda Carta Aberta aprovada neste evento.

Carta Aberta

Nós, cidadãos e entidades abaixo-assinados, que participamos do Seminário "Poder Legislativo e Democracia", promovido pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2002:

➤ Reconhecendo a importância fundamental do Poder Legislativo, em suas diversas esferas, para a democracia e para a cidadania;

➤ Conscientes das dificuldades de se conhecerem o funcionamento do Legislativo e as formas de interagir com os representantes;

Concluímos pela necessidade de estabelecer formas institucionalizadas de acompanhamento crítico do Poder Legislativo;

Propomos a criação de uma organização cujos objetivos são:

➤ Ampliar a capacidade dos cidadãos de monitorarem, fiscalizarem e influenciarem, de maneira construtiva, as atividades dos seus representantes nas diversas esferas legislativas;

➤ Divulgar as atividades e iniciativas do Poder Legislativo e dos representantes;

Comprometemo-nos a:

➤ Buscar, junto às organizações a que pertencemos, maneiras de cooperar na criação da organização acima referida;

➤ Reunirmo-nos novamente no dia 16 de setembro de 2002, às 14 horas, na sala 2090 da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para dar encaminhamentos necessários;

e convidamos outros cidadãos e entidades interessados a estarem presentes na data e local referidos.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2002

EUA querem privilégios para seus crimes de guerra

A embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, fez chegar ao governo federal a mesma mensagem que o governo Bush está enviando para todos os seus aliados: se o País não se retirar do Tribunal Penal Internacional (TPI) ou, pelo menos, garantir impunidade para os norte-americanos, será suspensa a ajuda militar e econômica dada ao Brasil.

Trata-se de uma das mais monstruosas chantagens feitas por um governo, apoiado no seu poderio econômico e militar, para obter impunidade, para subtrair da lei seus soldados e agentes. De tal forma se pretende uma dupla legalidade - uma para o país do "bem" e outra para os do mal.

Assim, o Tribunal de Haya vale para Milosevic, mas não para os aliados dos EUA e, em particular, para Henry Kissinger. O mesmo valeria para o Tribunal Penal Internacional, um primeiro avanço para coibir os crimes de genocídio contra a humanidade.

Os EUA querem se resguardar. Ou não respondem pelo que fazem seus homens ou, talvez o mais certo, sabem tão bem, que preferem se precaver. Se o Brasil ou melhor, se o governo FHC conceder, terá feito a pior das concessões, o sinal vermelho para as maiores barbaridades em nome da defesa da liberdade *made in USA*. Será quinhentos mil quilômetros quadrados de base militar de Alcântara.

Se fizer essa concessão, FHC e Celso Lafer, além de todos os coniventes, serão processados no novo governo eleito em outubro deste ano. E seu perdão aos yankees será revogado.

Fonte: Cartas Ácidas Emir Sader

PLEBISCITO SOBRE A ALCA NA UFMG

ALCA	SIM		NÃO		BRANCOS/NULOS	
PERG. 1*	170	3%	5792	97%	25	0%
PERG. 2**	1476	25%	4475	75%	36	1%
PERG. 3***	55	1%	5906	99%	26	0%
TOTAL DE VOTOS:	5987 = 100%					

* - O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?
** - O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?
*** - O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território (a base de Alcântara) para controle militar dos EUA?

PRÉVIA DAS ELEÇÕES PARA PRESIDENTE E GOVERNADOR NA UFMG

PRESIDENTE		
Lula	3998	83%
José Serra	192	4%
Ciro Gomes	225	5%
Garotinho	98	2%
José Maria	76	2%
Rui Costa Pimenta	25	1%
Brancos e Nulos	187	4%
Total de votos	4801	100%
GOVERNADOR		
Nilmário Miranda	3209	67%
Newton Cardoso	69	1%
Cacau	70	1%
Margarida Vieira	157	3%
Aécio Neves	808	17%
José Eustáquio	23	0%
Francisco Simões	2	0%
Arnaldo José	6	0%
Carone	3	0%
Brancos e Nulos	454	9%
Total de votos	4801	100%

Campanha Jubileu Sul / Brasil

Plebiscito Nacional sobre a ALCA - de 1 a 7 de setembro de 2002

Resultado do Plebiscito Nacional sobre a ALCA

(Os números poderão sofrer ajustes pois há algumas urnas ainda não foram lançadas)

ESTADOS	N.º DE MUNICÍPIOS	N.º VOLUNTÁRIOS P/ URNAS	URNAS APURADAS	TOTAL VOTANTES
Acre	9	150	22	12.333
Alagoas	102	272	136	96.472
Amapá	10	168	84	16.404
Amazonas	27	744	186	88.527
Bahia	375	4.000	2.000	770.067
Ceará	116	3.600	1.800	424.238
Distrito Federal	15	942	471	91.397
Espírito Santo	58	6.100	3.035	380.975
Goiás	92	2.744	1.372	219.406
Maranhão	184	2.752	1.376	263.388
Mato Grosso	110	2.240	1.120	138.710
Mato Grosso do Sul	72	2.800	700	140.403
Minas Gerais	550	9.030	1.505	1.297.750
Pará	77	4.458	2.332	270.888
Paraíba	142	5.000	1.200	224.528
Paraná	306	7.500	2.500	706.009
Pernambuco	150	2.400	800	226.884
Piauí	101	2.310	770	108.103
Rio de Janeiro	62	4.176	1.392	742.254
Rio G. Norte	120	900	450	104.565
Rio Grande do Sul	369	12.183	4.061	548.512
Rondônia	53	4.056	1.352	171.893
Roraima	12	220	25	12.085
Santa Catarina	210	10.776	2.694	531.764
São Paulo	457	27.315	9.105	2.337.063
Sergipe	60	3.489	1.163	186.194
Tocantins	55	535	107	38.730
TOTAL	3.894	120.860	41.758	10.149.542

REUNIÃO DO SETOR DAS FEDERAIS

Reunião realizada em Brasília no dia 19 de agosto tratou do seguinte:

1-Campanha Contra a Mercantilização da Educação

No dia 13 de agosto, após aula pública, na UNB, ministrada pelos professores Roberto Leher e Cristovam Buarque, aproximadamente 3 mil pessoas seguiram em marcha para o Palácio do Planalto, onde foi protocolado documento das entidades que participam da campanha, exigindo do governo posicionamento a respeito da proposta de incluir a educação como item da lista de bens e serviços.

2-Fórum Mundial de Educação

O Comitê Político reuniu-se no último dia 14 de agosto e aprovou a programação oficial, as ementas e as coordenações das mesas. O lançamento internacional do Fórum Mundial de Educação (FME) foi durante o Fórum Social Mundial da Argentina, realizado nos dias 22 e 23 de agosto, e o lançamento nacional no dia 10 de setembro, em Porto Alegre. A ANDES realizará o I Encontro Internacional de Docentes das Instituições de Educação Superior como parte da Programação Simultânea do Fórum Mundial de Educação. As inscrições de trabalhos serão encerradas no dia 10 de novembro.

3-As Propostas da ANDES para o Novo Governo

As entidades que compõem a CNESF estão elaborando um documento, do Serviço Público Federal, para entregar às coordenações de campanha dos presidenciáveis com nossa pauta de reivindicações e cobrando posicionamento dos candidatos a esse respeito. Os eixos para a elaboração do documento foram apreciados na Plenária dos SPF de 18 de agosto. O texto final será redigido por uma comissão e apreciado em reunião da CNESF.

4-Regulamentação da GID

Não há informes oficiais do MEC sobre o atraso na publicação do decreto que regulamenta a GID. Em contatos telefônicos, o assessor da SEMTEC informou que a minuta do decreto encontra-se no MPOG, onde está sofrendo adequações na forma do texto (não no conteúdo). As entidades da educação, em especial a ANDES e o SINASEFE, avaliaram a questão, e propõem atividades de mobilização conjunta, para denunciar o não-cumprimento do Termo de Acordo, no dia 28 de agosto em Brasília e nos demais estados.

5- Campanha contra a ALCA

- Intensificar a campanha contra a ALCA com participação no plebiscito, integrando os comitês formados nas IFES e os comitês estaduais, assim como empreendendo esforços para garantir uma expressiva votação nas IFES (providenciando urnas, pessoas responsáveis, etc).

- Estabelecer um calendário de atividades a serem desenvolvidas após o plebiscito, por considerar-se que a campanha contra a ALCA não se encerra com este evento. Nesse sentido, as Seções Sindicais devem se empenhar em participar ativamente do ATO POLÍTICO de apresentação do resultado final do plebiscito marcado para o dia 17 de setembro em Brasília e do Seminário a ser realizado de 7 a 9 de novembro (projeto sendo elaborado pela APUFSC), em Florianópolis, paralelo ao Seminário dos Empresários.

6-Regulamentação do Direito de Greve

- A ANDES mantém posição contrária à regulamentação do direito de greve do Serviço Público. É favorável à realização do Seminário Nacional sobre Regulamentação do Direito de Greve proposto pelo departamento jurídico da CNESF.

7- Lei de Inovação Tecnológica

- Levantamento do material disponível na ANDES sobre a proposta de Lei de Inovação Tecnológica (cujo Projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional no dia 15 de agosto) e enviar às Seções Sindicais da ANDES para subsidiar a análise detalhada a ser feita sobre o mesmo;

- Verificação, nos programas de governo dos candidatos à Presidência da República, das propostas sobre Ciência e Tecnologia.

- Indicação pelo Setor da necessidade de as Seções Sindicais participarem do Seminário Nacional sobre Ciência e Tecnologia a ser realizado em Curitiba, de 11 a 13 de setembro, quando estaremos aprofundando a discussão sobre a gravidade desse projeto.

8- Encaminhamentos:

a - a ANDES deve convidar os candidatos à Presidência da República (em conjunto e/ou individualmente) para apresentarem e discutirem com representantes das Seções Sindicais, em Brasília, os seus programas de governo;

b - realização do II Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, Previdência Social Pública Estatal;

c - intensificar a luta pela manutenção da Previdência Pública Estatal;

d - organizar debates para a categoria dos servidores públicos federais e para a sociedade em geral com a finalidade de conseguir apoio de todos para a conquista de nossas reivindicações (conforme consta de nossa pauta unificada);

e - reafirmar que nossa luta deve ser pela aposentadoria integral para todos os trabalhadores;

f - incluir as propostas do PSTU e do PCO no documento de análise proposto pela ANDES para o II Encontro de Assuntos de Aposentadoria da CNESF;

g - Propor a alteração da data de realização do II Encontro para a 1ª semana de dezembro de 2002, em função do número de atividades a serem realizadas pela ANDES em novembro.

GT - SEGURIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Grupo de Trabalho de Seguridade e Assistência Social da ANDES, reunido em Natal RN nos dias 27 e 28 de julho, recomendou:

A) que a ANDES-SN, articuladamente com a FASUBRA, UNE, outras entidades da área da saúde e com os movimentos sociais organizados, envide esforços no sentido da instalação das mesas de negociação de Auxílio Alimentação e Assistência à Saúde e Assistência Estudantil;

B) que, apesar do descaso e desrespeito do MEC com relação a não permitir o avanço nas mesas de negociação, se furtando a comparecer às reuniões ou mesmo convocá-las, a ANDES não deve fechar este canal de interlocução. Entende-se que, se a ANDES retirar-se da negociação, irá proporcionar ao MEC mais liberdade para a implementação das políticas governamentais com grandes prejuízos para a Universidade Pública Brasileira;

C) que o GTSS/A, juntamente com o Setor das Federais e GT Carreira, escreva um documento denúncia, para divulgação ampla na sociedade, mostrando o descaso do MEC com relação ao acordado no final da greve do ano passado. Deve-se deixar claro que a discussão, nessas mesas, é fundamental para a identificação de problemas e distorções a serem corrigidas no sentido da promoção das Instituições Federais de Ensino.

Após intensa discussão indicou às Seções Sindicais:

A) a continuidade de realização de Oficinas de Trabalho sobre os HUs com os mesmos propósitos já indicados anteriormente;

B) a continuidade do recolhimento das assinaturas de compromisso dos parlamentares em defesa dos HUs e para a criação da Frente Parlamentar Supra Partidária para o mesmo fim;

C) a denúncia das distorções nas tabelas de procedimentos do SUS, procurando demonstrar a necessidade real de seu reajuste, possibilitando aos HUs um atendimento mais humano e eficaz aos seus usuários.

Quanto às Secretarias regionais, o GT recomenda a participação nos comitês e fóruns em defesa dos HUs e que, articuladamente com entidades de servidores públicos das três esferas e CUT estaduais, realizem encontros para preparação do II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria das três esferas da CNESF.

GT CARREIRA

O grupo de trabalho de carreira docente, reunido em Brasília nos dias 19 e 20 de agosto, discutiu o planejamento deste GT para o segundo semestre de 2002 e definiu como prioridade o acompanhamento da regulamentação da GID, a discussão do art. 77 da LDO 2003, o levantamento da situação de precarização do trabalho docente nas universidades estaduais e particulares e o acompanhamento da tramitação da lei de inovação tecnológica e o PQI.

Considerando:

- O "tempo" da discussão do art. 77 no Congresso Nacional;
- A necessária articulação com as demais entidades da educação (FASUBRA e SINASEFE) na discussão com os parlamentares sobre reestruturação das carreiras;
- A necessidade de atualização do cálculo do custo da atual carreira dos docentes das IFES, do cálculo do custo e impacto orçamentário da carreira da ANDES protocolada no MEC;
- Os desdobramentos, inclusive orçamentários, de uma capacitação docente que viabilize a transposição num dado período de tempo.

O GT Carreira indica:

- O trabalho conjunto com o GT Verbas a partir da reunião de 17 de agosto de 2002, com o objetivo de elaborar estudo do impacto da implementação da carreira da ANDES.
- A elaboração, em setembro, de um estudo sobre o impacto do PQI na qualificação docente na realidade atual (atual carreira) e na possibilidade de implementação da carreira da ANDES.
- A elaboração de um estudo sobre as carreiras da ANDES e do SINASEFE e sobre a realidade do quadro docente na base do SINASEFE e da ANDES, incluindo reuniões conjuntas das coordenações dos Grupos de Trabalho de Carreira das duas entidades durante o mês de setembro;

Aprofundamento da discussão sobre a transposição e sobre o significado de uma carreira em extinção, assim como, frente à premência do art. 77 da LDO, encaminhamento da discussão da Carreira Única da ANDES para identificação dos problemas existentes na mesma para que, na negociação com os parlamentares, possamos fazer frente às emendas respeitando as deliberações das instâncias da ANDES. É necessário, entretanto, que tenhamos propostas que convirjam no sentido de atender às atuais aspirações dos docentes.

LEI DE GREVE

Os projetos de lei número 6.032/2002 e 4.497/2001, que regulamentam o direito de greve do Servidor Público, já passaram pela comissão de trabalho e se encontram como prioridade para votação em plenário. Existem também, em tramitação, anteprojetos de Lei da deputada Iara Bernardes e do deputado Voltolini que tratam do mesmo assunto.

GT COMUNICAÇÃO E ARTE

Aconteceu no dia 18 de agosto, em Brasília, uma reunião do GTCA da ANDES. Estiveram presentes seis jornalistas, seis representantes de Seções Sindicais (ADUFC, ADUFPB-JP, ADUFMAT, APUBH, ADUFRJ, ADUFRGS, ADUFG) e cinco diretores da ANDES;

Pauta:

Informes;
Avaliações do trabalho do GTCA Gestões 2000/2002;
Planejamento até o final de 2002 e para o ano de 2003;
Outros Assuntos.

Encaminhamentos

Recomendar às Seções Sindicais que encaminhem seus jornais às demais seções Sindicais;

Que o GTCA acompanhe, no âmbito do Congresso Nacional, as discussões sobre o projeto de lei que regulamenta a programação da TV brasileira.

GT VERBAS

O GT Verbas da ANDES, reunido em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto, avaliou a necessidade de um levantamento urgente do impacto financeiro que provocaria a implantação da carreira da ANDES. Definiu a retomada das pendências da última reunião do GT, quais sejam: salário, cartilha de orçamento, orçamento e financiamento, plano único de contas da ANDES. Indicou a realização de um Seminário Nacional sobre financiamento público que discuta a questão orçamentária e o financiamento para os três setores, com destaque especial para a matriz de distribuição orçamentária da IFES. Indicou, também, em caráter de urgência, a convocação do encontro dos tesoureiros das Seções Sindicais, para discutir o plano único de contas da ANDES.

GT POLÍTICA EDUCACIONAL

1 - Informes sobre:
- II Conferência Nacional de Formação da CUT;
- XI Encontro Nacional da ANFOP;
- Fórum Mundial de Educação;
- Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

2 - Encaminhamentos:
- Divulgar nosso PNE nas universidades chamando a atenção para a educação que queremos para o país;
- Intensificar o debate em torno da ALCA e da OMC;
- Intensificar a discussão sobre avaliação institucional nas universidades;
- Realizar debates sobre educação para competência;
- Avaliar a possibilidade de o Encontro da Educação Profissional ser realizado no Rio.

A próxima reunião do GTPE será em outubro durante a reunião anual da ANPED.

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E ALCA

Aconteceu de 11 a 18 de agosto nas universidades públicas brasileiras, por iniciativa da UNE, a Semana de Educação, Cultura e Arte Contra a Mercantilização da Educação-Soberania sim, ALCA não. O evento fez parte da Semana do Estudante na UFMG quando foram realizados debates.

Participaram do evento: Sérgio Miranda (deputado federal do PcdoB), Altamiro Borges (pesquisador do Centro de Estudos Sindicais), Ana Lúcia Gazzola (reitora da UFMG), Felipe Maia (presidente da UNE), Marco Antônio Dias (Universidade das Nações Unidas), Fernando Fidalgo (presidente da APUBH), Prof.a. Dirlene Marques (Coord. Do Comitê Mineiro do FSM) e Jorge Augusto de Souza (DCE).



PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - PQI

O PQI (Programa de Qualificação Institucional) vem substituir o PICDT (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico). Este programa compõe-se de projetos de cooperação em pesquisa e pós-graduação entre instituições de ensino. Privilegiando a participação de docentes, pretende fomentar preferencialmente a qualificação em nível de doutorado. Para tanto, as instituições deverão apresentar projetos de cooperação institucional.

As pró-reitorias deverão selecionar os projetos de cooperação e apresentar dentro da data limite à CAPES, onde serão analisados pela relevância, capacidade e complementaridade das equipes e das partes cooperantes.

Até o momento, não fica claro o montante de recursos destinados a estes programas, bem como os critérios de seleção dos mesmos.

PLENÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Pauta:

1. Informe das Entidades;
2. Conjuntura;
3. Campanha salarial;
4. Campanha Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria;
5. Previdência Social do Setor Público;
6. Campanha contra a ALCA;
7. Regulamentação do Direito de Greve.

A ANDES propõe:

- Campanha contra a Mercantilização da Educação em conjunto com a UNE, FASUBRA e SINASEFE;

- intensificar a luta pela manutenção da Previdência Pública Estatal e pela aposentadoria integral para todos os trabalhadores;

- incluir no documento de análise proposta para o II Encontro de Assuntos de aposentadoria as propostas do PSTU e PCO;

- organização de um Ato unificado nos Estados "Dia Nacional de luta pela Campanha Salarial";

- que as Seções Sindicais realizem PANELAÇO para denunciar o não cumprimento dos termos do acordo de greve e para divulgar nossa campanha salarial;

- que as Seções Sindicais participem ativamente da organização do Plebiscito Sobre a ALCA;

- manutenção da posição radicalmente contrária à regulamentação do Direito de Greve;

- realização de Seminário para discutir o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

REGIONAL LESTE 60º ENCONTRO DA REGIONAL LESTE DA ANDES FOI REALIZADO EM BELO HORIZONTE NOS DIAS 16 E 17 DE AGOSTO

Seções Sindicais Presentes:
APUBH, SINDICEFET-MG, ADFUNREI, ADUFOP, ADUFES, ASPUV e ADUFLA.

Pauta:

- Análise de conjuntura Mercantilização da Educação;
- Informes;
- Encaminhamentos do 44º CONAD;
- Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública;
- Encaminhamento do 60º Encontro da Secretaria Regional Leste;
- Outros assuntos.

Encaminhamentos:

1-convocar reunião para reativação do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública;
Participação da Diretoria nos Comitês Locais do Fórum Social Mundial e campanha contra a ALCA;

2-realização de um seminário preferencialmente antecedendo o 61º Encontro da SRL sobre Precarização do Trabalho Docente e de um outro seminário, com data e local a serem definidos, sobre a Situação da Educação no Estado de Minas Gerais. Este segundo seminário deverá envolver outras entidades como: SIND-UTE, UEE, Fórum de Reitores de Minas Gerais;

3-solicitar às Seções Sindicais informações para se fazer um mapeamento, sobre cobranças de taxas e de cursos, bem como as regulamentações sobre trabalho temporário e prestação de serviços nas IES.

45º CONAD

O 45º CONAD será realizado no período de 1º a 3 de novembro, na cidade de Belém - PA, sediado pela ADFCAP. O tema central será: "Projeto Histórico, Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores versus acordos econômicos."

EXPEDIENTE

Presidente:
Fernando Fidalgo
1º Vice-Presidente:
Rosângela Carrusca Alvim
2º Vice-Presidente:
Bruno Rabelo Versiani
1ªSecretária:
Otávia Fernandes S Rodrigues
2º Secretário:
Marta Pinheiro Aun
1º Tesoureiro:
José Antônio Armanelli
2º Tesoureiro:
Celso Pereira Fonseca
1º Suplente:
Vera Lúcia Fernandes
2º Suplente:
Tânia Lúcia Hirochi

Diagramação e arte:
Leonardo Vilar Costa

R. Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha
BH - MG - 31275 020
Tel.(31) 3441 7211
Fax:(31) 3441 1303
www.apubh.org.br
apubh@apubh.org.br

Impresso

Associação Profissional dos Docentes da UFMG
R. Artur Itabirano, 70 - São José - BH/MG - 31275 020

Informativo apubh